

REFLEXÃO SOBRE A PARTICULARIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NEGRAS

**Luiz Alberto Oliveira Gonçalves
Da Comissão de Educação
dos Movimentos Negros
de Belo Horizonte e do
Instituto de Recursos Humanos
João Pinheiro/MG**

P

esquisando as formas pelas quais a discriminação racial se manifesta na escola pública de 1º grau, pudemos captar e compreender os mecanismos de funcionamento do ritual pedagógico que exclui, dos currículos escolares, a história de luta dos negros na sociedade brasileira; que impõe às crianças negras um ideal de ego branco; que produz um discurso sobre "o tratamento igual às crianças brancas e às não brancas"; que folcloriza a produção cultural da população negra.

Esse ritual se legitima na instituição escolar, não por aquilo que é dito, mas por tudo aquilo que silencia. "A concepção de mundo não se reproduz apenas pela conceituação. Ela se expressa nas práticas escolares, desde as mais simples até a mais sofisticadas. Expressa-se, enfim, naquilo que poder-se-ia chamar

de *ritual pedagógico*"¹ (Cury, 1985, p.118).

Em lugar de buscarmos a manifestação dos processos de discriminação relativamente à população negra brasileira e, conseqüentemente, à sua produção cultural, tomamos a escola pública para estudar os mecanismos que ali silenciam as crianças negras, dificultando o desenvolvimento da consciência de sua cidadania.

Entendíamos, portanto, ser a discriminação racial contra a população negra, uma das modalidades do poder, e este, na sua maneira de ser, tem um momento que se oculta e, ao ocultar-se, adota a forma do "não-pode-ser-visto", logo, "não-pode-ser-dito", assumindo esse poder, conseqüentemente, a expressão radical do silêncio.

Neste artigo, tentaremos refletir sobre alguns aspectos que, no trabalho de pesquisa², se constituíram em difíceis problemas teóricos para os quais não encontramos respostas mas, apenas, "pistas" de como tratá-los na magnitude em que se apresentam para a construção do conhecimento, a saber: o conceito de discriminação racial contido no repertório dos professores.

Discriminação Racial Do Estereótipo à Categoria da Particularidade Cultural

O conceito de discriminação racial se constituiu em problema para o nosso trabalho de pesquisa, pelo fato de comportar mais de uma interpretação, quando utilizado pelos agentes pedagógicos.

Durante a pesquisa, pudemos detectar que, na prática escolar, professores e especialistas vinham adotando não só posturas diferentes, como formas diferenciadas para tratar a discriminação relativa à população negra brasileira. Delineavam-se duas posições que merecem reflexão por parte dos pesquisadores sobre o assunto.

O termo discriminação representava, para a maioria dos professores entrevistados, algo indesejável porque estereotipava e penalizava pessoas e grupos sociais. Talvez seja esta a razão pela qual os professores se recusaram a admitir a existência da discriminação racial na escola. Em contrapartida, esses mesmos professores defendiam um discurso sobre o "tratamento igual a todos os alunos". Este discurso, porém, introduzia, no cotidiano escolar, um paradoxo, pois, em lugar de superar os processos discriminatórios frente à população negra, preconizando o "tratamento igual a todos os alunos", acabava revelando uma das formas pelas quais a discriminação racial se manifesta na escola.

1 Grifos do autor.

2 Para um conhecimento da pesquisa em seu todo reportar-se à dissertação de Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves, *O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial; estudo acerca da discriminação racial nas escolas públicas de 1º grau. Belo Horizonte, 1985.*

O referido discurso tentava construir a igualdade entre os alunos a partir de um ideal de democracia racial que não considerava, entre outras coisas, o direito de os alunos negros se reconhecerem a partir da sua diferença, ou seja, da sua particularidade cultural.

Na realidade, os agentes pedagógicos não admittiam o direito das diferenças e, de uma certa forma, acabavam acionando mecanismos de poder que fixam um modelo de sociedade e punem todos aqueles que dele se desviam. Entendendo-se que esse modelo é produzido em uma sociedade de classes, regida pela luta entre dominantes e dominados, inevitavelmente acaba universalizando o padrão da classe que detém o poder de dominação. "As idéias pedagógicas se manifestam na tentativa de a concepção de mundo da classe dominante se tornar totalizante (apesar de seu caráter particularizante). Essas idéias se apresentam como tais enquanto se utilizam de *instituições pedagógicas* que lhes sirvam de suporte" (Cury, 1985, p. 94).

Se tal medida é fixada pela classe que detém, na sociedade, o poder de dominação, não há como entendê-lo fora dos limites e da própria política dessa classe, sem correr o risco de encobrir, por meio de um ideário dado como universal, interesses particulares. Um *particular* que se transmuta em um *universal* (Chauí, 1982, p. 19-20).

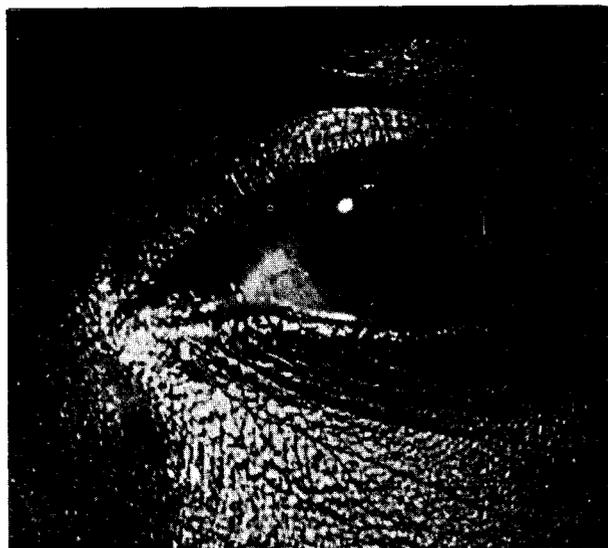
Paralelamente à posição acima apresentada, era possível detectar uma outra interpretação sobre o termo discriminação que, de certa forma, vem emergindo no cotidiano escolar.

Explico, de imediato, que só pudemos captar esse outro sentido dado ao termo discriminação, a partir da análise da ação política dos movimentos negros contra a discriminação racial. A luta desses movimentos nos forneceu instrumental valioso para a compreensão do fenômeno da discriminação dentro da escola pública.

Preocupava-nos saber que mecanismos permitiam ocultar, na escola, a discriminação, ao ponto de a maioria dos professores afirmar, com veemência, que ali não existiam quaisquer mecanismos discriminatórios contra as crianças negras. Sobre o assunto, havia apenas silêncio.

Se a sociedade brasileira é marcada, de longa data, pela discriminação que penaliza a população negra e inferioriza sua produção cultural em relação ao chamado "saber universal", nada justifica a não existência, na escola, de mecanismos discriminatórios, exatamente pelo fato de ser uma das instituições responsáveis pela organização e transmissão da cultura. "Instituições pedagógicas são organizações elaboradoras e difusoras da concepção de mundo dominante, por meio das idéias pedagógicas (...). A serviço de uma hegemonia, ajudam a dar suporte a interiorização normativa na classe subalterna, sob a forma de fé, da concepção dominante, pelos mecanismos de articulação/desarticulação" (Cury, 1985, p. 94).

Malgrado o silêncio da escola, os movimentos e organizações populares denunciavam (e ainda o fa-



zem) práticas pedagógicas que penalizam crianças e jovens negros. Neste sentido, era impossível desconsiderar, no plano da pesquisa, a *fala* dos movimentos contestatórios, sobretudo porque, em si, representa a recusa a permanecer no silêncio. "Falar é antes de tudo deter o poder de falar. Ou, ainda, o exercício do poder assegura o domínio da palavra e só os senhores podem falar. Quanto aos súditos, estão submetidos ao silêncio do respeito, da veneração ou do terror. Palavra e poder mantêm relacionamentos tais que o desejo de um se realiza na conquista do outro (...) Toda tomada de poder é também uma aquisição de palavra" (Clastres, 1986, p. 106).

Para chegarmos, portanto, à compreensão do silêncio que paira sobre a discriminação racial, na escola pública, foi necessário estudar a *fala* (o rompimento do silêncio) daqueles que ali são discriminados por pertencerem à população negra brasileira.

A análise das lutas desses movimentos levou-nos a inventariar um conjunto de reivindicações que, tocando em aspectos essenciais da Educação, exigiam, em última instância, um melhor tratamento das crianças negras, dentro da escola, respeitando-lhes o direito da diferença, ou seja, da particularidade cultural.

Ressalta-se que, no discurso reivindicatório dos movimentos negros existe uma nova ordem moral que, mediada pela categoria da particularidade cultural, visa garantir a igualdade de direitos aos segmentos discriminados e cria a possibilidade de emergirem novos direitos no interior da sociedade plural.

A idéia da discriminação como reconhecimento de diferenças culturais exigiu-nos um reposicionamento frente à irresistível tendência (repleta de equívocos) de confundir diferença com desigualdade.

Pela mediação da categoria da particularidade cultural, buscamos compreender como o silêncio sobre a discriminação racial, em relação à população negra, poderia vir a ser rompido na instituição escolar. Passamos, então, à análise da prática pedagógica de alguns professores e especialistas que entendiam ser necessário introduzir, na escola, conteúdos que considerassem a cultura negra e a história das lu-

tas da população negra brasileira, de forma a valorizar os alunos negros. Foi-nos possível, portanto, observar, no conjunto das escolas pesquisadas, iniciativas — esporádicas e episódicas — que buscavam discutir a questão racial por meio de “Semana da Cultura Negra” ou de palestras proferidas por especialistas no assunto. Ao reconhecer-se a necessidade de introduzir, na escola, conteúdos educacionais extraídos do patrimônio histórico-cultural da população negra brasileira, esses agentes pedagógicos, embora minoritários na totalidade escolar, davam ao termo discriminação, outra interpretação.

A questão da particularidade cultural da população negra foi trazida para o cotidiano escolar, destacando-se ou discriminando-se, em relação ao chamado “saber universal”, não para penalizar e estereotipar os alunos negros, mas para valorizar aquilo que têm de diferente. Ressalte-se, porém, que o tratamento dado à particularidade cultural negra é mediado pelo saber científico, entendido como expressão da verdade.

Por este motivo, ao investigador é necessário aprofundar o estudo sobre a produção da verdade, no interior da escola. Quem diz a verdade sobre a discriminação racial dentro da instituição escolar? À medida que, majoritariamente, professores e especialistas estão convencidos de que não há discriminação na escola, e, ao mesmo tempo, um outro grupo menor admite a sua existência, buscando, porém, tratá-la mediante o saber científico, o que prevalece como verdadeiro para as crianças negras? O primeiro ou o segundo argumento?

O ritual pedagógico que apela para as regras da ciência para justificar a introdução de certos conteúdos nos programas de ensino, nos conduz à aproximação entre ciência e verdade, sendo que esta última revela-se como mecanismo de significativa utilidade e a primeira (ciência) apresenta-se como mecanismo que torna possível a existência de determinados fenômenos do social. Por exemplo, apenas por “procedimentos científicos” admite-se a discussão, na escola, sobre a discriminação racial.

À medida que, na ciência e somente por meio dela, é possível a discriminação racial existir, essa forma do saber assume proporção de alta relevância, visto que não é a qualquer um que, na sociedade, atribui-se a tarefa de “fazer” ciência.

Nesse sentido, na escola, quem tem “a obrigação” de dizer a verdade domina os outros que têm “o dever” de ouvi-la. Por outro lado, na sociedade, quem tem a “habilitação” para fazer ciência domina os outros que têm, apenas, o direito de existir por meio dela. Ambas têm a mesma matriz que lhes outorga o direito de dominar, e a dominação na sociedade, como se sabe, é atributo do poder. “Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se definem os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não (...). Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser

dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 1982, p. 7-8).

Se o pesquisador for em busca da manifestação da discriminação racial, na escola, não a encontrará sob a forma de hostilidade explícita às crianças negras, tampouco sob a forma de repressão, mas lá estará, enquanto “saber”, enquanto discurso.

Neste sentido, a superação da discriminação racial, por meio do “saber científico”, pode representar um passo importante no processo de mudança da instituição escolar, porém, a particularidade cultural da população negra brasileira ganha força e conteúdo no interior de seus movimentos contestatórios. Ali se constrói um projeto de cidadania que à escola pública cabe, entre outras coisas, organizar e transmitir.

A discriminação racial, na escola pública, manifesta-se quanto ao patrimônio cultural da população negra brasileira. A medida que os agentes pedagógicos não reconhecem o direito da diferença, acabam mutilando a particularidade cultural de um importante segmento da população brasileira. Por outro lado, quando se legitima a particularidade cultural pelo saber científico, tenta-se, indevidamente, substituir a *fala* do discriminado pelo discurso da competência que cria os incompetentes sociais (Chauí, 1982).

Se a produção e a transmissão do saber, na escola, não forem mediados pela particularidade cultural (enquanto exigência totalizadora) da população negra, as práticas pedagógicas continuarão punindo as crianças negras que o sistema de ensino não conseguiu ainda excluir, aplicando-lhes o seguinte castigo: reclusão, ritualizada em procedimentos escolares de efeito impeditivo, cujo resultado imediato é o silenciamento da criança negra, a curto prazo, e o do cidadão, para o resto da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUI, M. de S. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3ª ed. São Paulo, Moderna, 1982.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado: pesquisa de antropologia política*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.
- CURY, C.R.J. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo, Cortez, 1985.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- GONÇALVES, L.A. de O. *O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial; estudo acerca da discriminação racial nas escolas públicas de 1º grau*. Belo Horizonte, 1985. Dissert. (mestr.) UFMG. (mimeo)
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *Programa de ação*. Belo Horizonte, M.N.U., 1982 (mimeo).